

Uma lésbica na Bocolândia: Nação brasileira e dissidência sexual em *Virgindade inútil* (1927), de Ercília Nogueira Cobra

YASMIN ZANDOMENICO
Harvard University

Abstract: This article proposes an interpretation of *Virgindade inútil: Novela de uma revoltada* (1927) by Ercília Nogueira Cobra as a counternarrative of the nation. The novel provides an opportunity for a revisionist reading of Brazilian modernity and modernism based on the author's radical critique of prescriptive notions of gender and sexuality in the process of articulating the country's national identity in the early twentieth century. This article demonstrates that *Virgindade inútil* constitutes a counterpoint to the dominant national ideology, dismantling its foundational formation, the heteropatriarchal family, and inaugurating another order by introducing a familial arrangement composed of two women and their daughter. In Cobra's narrative, the transgression of established gender roles intersects with the subversion of heteronormative sexual morality, enabling us not only to broaden our understanding of Brazilian modernism but also to imagine another Brazil, in which freedom is born of women.

Keywords: Modernity, sexual dissidence, feminism, heterosexism, nation

Uma das autoras mais mordazes da literatura brasileira nas primeiras décadas do século XX, Ercília Nogueira Cobra ainda resta esquecida da historiografia literária e das ideias no Brasil. Apesar de recentes iniciativas de recuperação da sua obra, a contribuição da escritora segue insuficientemente apreciada, sobretudo enquanto

chave de leitura da modernidade e do modernismo brasileiros a partir da crítica radical do lugar prescrito ao gênero e à sexualidade no processo de fabricação da identidade nacional no início do século XX.¹ Como afirma a pesquisadora Maria de Lourdes Eleutério, a produção de escritoras no período heroico do modernismo repercute, às avessas, a voga do projeto civilizador republicano firmado em teorias higienistas e eugenistas.² Um aspecto elementar dessa literatura é a primazia concedida ao poder do e sobre o corpo feminino: “o divórcio, que à época previa apenas a separação de corpos; o erotismo, considerado uma degeneração; a maternidade, uma obrigação; o adultério, uma prerrogativa do homem; e a virgindade da mulher, requisito fundamental para o casamento” (333). No caso específico de Ercília Nogueira Cobra, a moral sexual igualitária para as mulheres e a possibilidade de um relacionamento lésbico como parte da liberdade sexual foram reivindicações intrépidas. A questão da lesbianidade, aponta Imaculada Nascimento, foi extremamente transgressora para um período, no Brasil, em que a atenção dos médicos, educadores, juristas e instituições como o Exército, a Igreja e a Escola prescreviam a “normatização” da sexualidade, coibindo todo e qualquer comportamento desviante da cópula “perfeita e saudável”, isto é, somente com o marido após o casamento (16).

O que se sabe da vida-obra da autora foi sistematizado por Maria Lúcia de Barros Mott através de depoimentos orais e pesquisas de arquivo. Natural de Mococa (São Paulo, Brasil), Ercília Nogueira Cobra (1891–?) possui trajetória análoga a um roteiro de filme hollywoodiano: de fuga com o circo a internamento em instituição religiosa para moças mal comportadas, passando por proprietária de

¹ O ensaio *Virgindade anti-higiênica: Preconceitos e convenções hipócritas e o romance Virgindade inútil: Novela de uma revoltada* foram reunidos e publicados no volume *Visões do passado, previsões do futuro* (1996) editado por Susan C. Quinlan e Peggy Sharpe. Em 2021, através da coleção *Precursoras* da editora feminista Luas, ambas as obras também foram reeditadas. Ainda mais recentemente, em 2022, a editora Carambaia colocou em circulação mais uma reedição de *Virgindade inútil*.

² Eleutério trata das autoras Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos (*Madame Chrysanthème*), Gilka Machado, Ercília Nogueira Cobra e Maria Lacerda de Moura, e das seguintes obras: *Flores modernas* (1921), *Enervadas*, *Gritos femininos*, *Mulher nua* (1922), *Mulher, essa degenerada*, *Virgindade anti-higiênica*, *Almas em desordem*, *Memórias de um patife aposentado* (1924), *Vícios modernos* (1926), *Matar*, romance sensacional e moderníssimo, *Virgindade inútil: Novela de uma revoltada* (1927), *Meu glorioso pecado* (1928), *O que os outros não veem*, romance moderno de psicanálise feminina (1929).

cabaré e presa e torturada pela ditadura do Estado Novo (1937–1945).³ As prisões e torturas constituíram represália à publicação de seus livros, que foram censurados, e sobre ela também recaiu o total abandono da família. Segundo depoimento de parentes,

o DIP [*sic*] pegava não soltava mais. Ela estava desesperada. Uma vez ela tentou se matar ... ela foi interrogada durante a noite, sempre nua, sempre muito maltratada; porque o interrogatório dela sempre girava em torno de sexo, ninguém interrogava a opinião pública dela ... só queriam saber o que ela pensava dos homens, os homens estavam muito machucados com a opinião dela ... ela era uma ameaça tremenda ... se ela levantasse as mulheres naquela época ... iam derrubar o regime. (Mott 99)⁴

O local, a data e as circunstâncias de sua morte permanecem desconhecidas. É em 1924 e 1927 que publica, respectivamente, duas obras transgressoras: o ensaio *Virgindade anti-higiênica: Preconceitos e convenções hipócritas* e o romance *Virgindade inútil: Novela de uma revoltada*.

Virgindade inútil é uma defesa impetuosa da liberdade sexual feminina, do acesso à educação/formação profissional e da cidadania plena das mulheres, assim como uma crítica contundente às restrições sociais que fizeram da virgindade o instrumento de controle do corpo feminino, vendido nas transações comerciais do matrimônio através do dote. Na ausência de condições semelhantes de emancipação, sobretudo financeira, Cobra situa a prostituição como o destino inevitável das moças que não aprenderam ofício. Para tanto, a autora mobiliza uma série de expedientes, como a ironia, a paródia e o duplo sentido, a fim de, segundo Maria José Somerlate Barbosa, opor-se ao “discurso confuso de modernização do país, e faz[er] um comentário sarcástico sobre o conceito de identidade nacional e nacionalismo” (11). Ficcionalizando o que já havia elaborado ensaísticamente, Cobra se insurge contra a higienização e a utilidade impostas à sexualidade feminina no projeto civilizatório brasileiro dos anos 1920–30, que propunha, na

³ A última notícia que se tem é que ela teria trocado de nome e fugido para o Paraná. Antes disso, em 1934, mudou para Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Para uma reconstituição dos anos da autora na cidade gaúcha, ver Nostrane e Zinani.

⁴ D. Maria Custódia Mucci, a parenta distante que cede a entrevista, usa indiscriminadamente DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

esteira da suposta ordem e progresso, regenerar a família e alçá-la—com as mulheres, sobretudo brancas pertencentes à classe média urbana, no centro— enquanto instituição fundamental, capaz de a um tempo promover o desenvolvimento econômico e preservar a ordem social no Brasil.⁵

O nacionalismo informado por tal “discurso confuso de modernização”, em que conservadorismo (tradição) e progresso (modernidade) se combinam para o país do futuro, é desvelado no romance com humor cáustico, produzindo um contradiscurso que o coloca em xeque. Este enredo se passa na República da Bocolândia, um país de “solo riquíssimo capaz de produzir os mais variados produtos agrícolas, mas [onde] os bocós preferem cultivar o analfabetismo, o amarelão e o jogo do bicho” (45). A conjugação entre o adjetivo “bocó” (característica de pessoa ignorante ou parva) e o sufixo “-lândia” (que indica lugar, região, espaço geográfico) estabelece o tom com que a pátria é representada: uma terra de tolos. A nota sobre o “solo riquíssimo” ressoa àquela do texto fundacional da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei Dom Manuel em 1500, na qual afirma sobre a nova terra que “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”. Entretanto, apesar da fecundidade da terra, o que se cultiva no país, segundo a narradora, é a ignorância (“analfabetismo”), a negligência com a saúde pública (“amarelão”) e a ilegalidade (“jogo do bicho”).⁶

Nessa alegoria de Brasil, a situação opressiva das cidadãs é representada como um anacronismo histórico:

Para este país medieval a mulher bocó nasceu apenas para serva.
Quando muito, se algum dia cair ela ao desamparo, poderá ser
prostituta. Pobre Bocolândia! Na época em que o feudalismo
desaparece da memória dos povos civilizados, tu perseveras nele

⁵ Sobre a influência das ideias higienistas no desenvolvimento do projeto nacional brasileiro, cf. Souza; Romero; Germinatti e Souza.

⁶ Para uma análise do amarelão e do jogo do bicho enquanto traços constitutivos da identidade brasileira, cf. respectivamente Ferreira; Benatte. No caso do primeiro, é ilustrativo o personagem Jeca Tatu, do livro *Urupês* (1918), de Monteiro Lobato, que no século XX passa a ser o garoto propaganda do *Almanaque Fontoura*—financiado pelo medicamento que prometia a cura do “amarelão” (ancilostomíase). Vale mencionar que Lobato, o seu criador, foi o editor responsável pelo lançamento de *Virgindade anti-higiênica*. Na edição de julho da *Revista do Brasil* (1924), Lobato faz menção ao ensaio e elogios à autora, a quem atribui um “temperamento originalíssimo” e cujo trabalho “pensa por si e diz que o pensa em linguagem crua, com uma coragem, que não encontra nem mesmo nos arraiais do outro sexo” (Mott 95).

e curvas aos seus grilhões o teu dorso de gigante, cego pelo analfabetismo secular! Quem te salvará, pátria querida? Quem terá a coragem de fugir ao agachamento geral e erguer a voz que desperte as energias do povo? (91)

De “país medieval”, território reacionário, Bocolândia é convocada em posição interlocutória com a narradora, que a endereça agora como “pátria querida”—entidade nacional feminilizada e de dimensão afetiva, cuja salvação também abarca a das mulheres, forçadamente nascidas para a servidão, inclusive (senão sobretudo) sexual. Será nesse espaço onde as condições de existência feminina se resumem aos papéis de esposa, prostituta ou solteirona que Cláudia, a protagonista, (in)surgirá.

Cláudia é uma moça jovem, libertária e inteligente, mas formada nos moldes do conhecimento freirático. É a mais velha de seis filhas numa família falida, em que o pai, após esbanjar completamente o dote da esposa, morre, deixando todas à míngua.⁷ Diante das circunstâncias e impossibilitada de oferecer dote ao noivo médico com quem a família planejara casá-la, Cláudia segue solteira e foge da vida interiorana para a capital da Bocolândia, Flumen (codinome do Rio de Janeiro). Revoltada contra as convenções sociais e morais, a hipocrisia dos valores familiares e a importância atribuída à virgindade, ainda menor de idade, ela sai de casa, viaja para a capital e perde voluntariamente a virgindade com um completo desconhecido, durante a viagem de trem. Uma vez na cidade, ela enfrenta o preconceito e passa por uma série de experiências difíceis, incluindo o fato de que, quando a família a localiza, ela é submetida a um exame médico-legal para verificar se ainda é virgem e, posteriormente, é internada em um asilo para ser “reabilitada”. Mais tarde, ela se torna uma cortesã, desenvolve um relacionamento lésbico com a espanhola Clariska Monteiro, com quem supostamente tem a menina Liberdade: uma filha das mães.

Partindo da noção de “ficção fundacional” de Doris Sommer, o presente trabalho demonstra que *Virgindade inútil* constitui contraponto à ideologia dominante da nação, inaugurando outra ordem, posto que desmantela o seu alicerce decisivo: a família heteropatriarcal, ao apresentar um potencial arranjo composto por duas mulheres, a protagonista Cláudia e a amante Clariska, e sua filha,

⁷ Sobre a instituição do dote e suas implicações econômicas e políticas na construção nacional em contexto paulista, cf. Nazzari.

Liberdade. Para tanto, o artigo é organizado em seções, tendo em vista, respectivamente (a) a reconfiguração dos papéis de gênero durante o projeto de modernização brasileiro do início do século XX; (b) a preponderância da honra sexual feminina para o estabelecimento da família e construção do Estado-nação; (c) a função da heterossexualidade como regime político estruturante da formação nacional; (d) a influência do discurso médico-científico finissecular (séculos XIX–XX) no controle das sexualidades dissidentes; (e) a literatura brasileira produzida por mulheres no século XX como contradiscurso ideológico; e (f) o contributo insurgente de autoras brasileiras que narram ou reescrevem a nação.

Onde queres moral, revolução sexual

Troquem os papéis. Eduquem a mulher no esporte desde pequena, ponham o homem no crochê e veremos qual é o queixo que sai ileso da luta.
(*Virgindade inútil 75*)

A historiadora Susan K. Besse analisa a relevância da categoria gênero no projeto de urbanização e modernização do Brasil após a Primeira Guerra Mundial. A reorganização dos papéis masculinos e femininos, assim como a tensão entre as expectativas tradicionais e as novas oportunidades para mulheres, ocupou papel central no cenário brasileiro pós-guerra. Juristas, agentes governamentais, legisladores, autoridades policiais, organizações religiosas e educadores trabalharam em consonância para definir e defender a honra sexual das mulheres, regular o comportamento das moças “modernas” e “degeneradas” do país, além de preservar a dissolução da família contra qualquer “perversidade” (Besse 1–2). De acordo com a autora, os modernizadores consideravam que o “progresso” ocorreria através da aplicação das teorias científicas europeias à realidade brasileira. E completa: “By the 1920s through the 1930s, the enormous influence of eugenics—both a ‘science’ and a social movement concerned with the improvement of the ‘race’—focused attention on reproduction as the key to overcoming the alleged ‘backwardness’ and ‘degeneration’ of the nation. Thus marriage, sexuality, maternity, and female education gained enormous significance in their eyes” (3). Não à toa essas questões ocupam o cerne do projeto literário de Ercília Nogueira Cobra e suas contemporâneas.

Virgindade inútil se posiciona como resposta radical a essa conjuntura através da personagem Cláudia. Se as reformas ao sistema educacional tinham por objetivo menos a emancipação intelectual, econômica ou social feminina do que a mobilização das mulheres para promover saúde física, prosperidade econômica e estabilidade social (Besse 108), a protagonista se situa no entrelugar da formação cidadã do período. Segundo Besse, “In mediating between the old and the new, female education combined large doses of moral education and social discipline along with instruction in basic knowledge and skills. Women’s assigned task was to ‘civilize,’ ‘elevate,’ and ‘redeem’ the world, not transform it” (128). A pauta do acesso feminino à educação—crítica, emancipatória, transformadora—cruza toda a narrativa, fundamentando o argumento da novela e também do ensaio prévio, onde se verifica a afirmação da autora: “Ora, como o critério seguido para a educação das mulheres é o das poucas letras e nenhuma profissão, estas coitadas, encontrando-se da noite para o dia sem amparo, caem nos braços do primeiro libertino que encontram ou da primeira caftina que se apresenta” (Cobra xx).⁸ Assim, a privação do direito à formação educacional está na origem da vulnerabilidade social das mulheres.

Daí o comentário da narradora na ocasião em que Cláudia está de partida do interior para a capital Flumen, em tom de denúncia sobre a educação que a protagonista recebera: “Se tivesse tido a felicidade de uma instrução mais sólida e conhecesse um pouco o lindo romance que é a história da Roma antiga, ter-se-ia lembrado de César a transpor o Rubicon e repetiria as famosas palavras do guerreiro. Mas sua instrução fora irrisória” (54). A travessia do rio Rubicon—fronteira natural entre a Gália Cisalpina e a Itália—por Júlio César com sua legião, por volta de 49 a.C., foi uma transgressão das ordens do senado romano, sendo em consequência considerada uma declaração de guerra. Nessa circunstância, o general proferiu as célebres palavras: *alea jacta est*, isto é, “o dado foi lançado,” mais popularmente traduzido como “a sorte está lançada”—expressão que passou a significar uma decisão arriscada e irreversível. Ao sublinhar a instrução nula de Cláudia sobre “o lindo romance que é a história da Roma antiga”, a narradora não lamenta apenas o fato de ela não ter aprendido a história da Roma antiga, mas muito concretamente não ter aprendido sobre as proezas militares de César e não

⁸ O papel da educação enquanto força de emancipação feminina, inclusive sexual, na obra da autora é abordado em “Revolução sexual e pedagogia feminista em *Ercília Nogueira Cobra*”, de Cyana Leahy-Dias.

ter tido oportunidade de “repetir” (ou seja, apropriar-se delas em primeira pessoa) as “palavras do guerreiro” na sua travessia para Flumen.

Além de história, disciplina na qual não foi instruída, a protagonista também não teve acesso ao conhecimento do latim, “língua que narra as indecências antigas”; do grego, “idioma que recorda o paganismo”; nem da anatomia e química, “porque à mulher não fica bem conhecer as ciências” (54). Tais disciplinas, subtraídas do currículo pedagógico feminino porque supostamente não alinhadas com a formação para a maternidade, criaram espaço para o estudo da história sagrada, através da qual Cláudia aprendera que “a terra fôra imóvel e que com um gesto Josué fizera parar o sol” (54). A narradora ironiza: “É lindo isto, em pleno século vinte!” (54). A nota sarcástica, assim como os comentários sobre cada disciplina (história, latim, grego, anatomia e química), enfatizam o conflito entre ciência (conhecimento) e moral (religião) que marcou a redefinição do currículo escolar moderno—isto é, daquele programado às mulheres. Se, por um lado, o acesso ao espaço educacional trouxe oportunidades para a escolarização feminina, por outro, a sua dimensão foi limitada a conteúdos básicos que ministrassem às jovens o objetivo fundamental: a formação ao papel feminino tradicional e à maternidade.

Além disso, é patente a revolta da narradora com a desigualdade entre os gêneros instituída pelos homens no projeto nacional contra o qual ela se posiciona, sublinhando a condição feminina subalternizada, especialmente nos termos da restrição de sua liberdade sexual:

Os moralistas tiram a mulher do lugar que lhe pertence na escala dos seres, ao lado do homem, seu companheiro segundo a lei da natureza e a escravizam. Para fazer viver uma moral de pura convenção humana, que varia conforme a latitude, criam-se duas categorias de mártires: a das solteironas e a das prostitutas. Mas os homens gozam de toda a liberdade. O que para a mulher é infame, para eles é apenas natural. (67)

A infâmia que recai sobre o livre exercício da sexualidade feminina constitui o limite que circunscreve as mulheres “degeneradas” das “virtuosas”. Àquelas (solteironas e prostitutas) se contrapõe esta (esposa). Em mirada histórica, os “moralistas” e a “moral de pura convenção humana” dizem respeito aos juristas e

ao aparato discursivo brasileiro em voga à época que, na esteira das transformações finisseculares, propunham educar a população para adotar valores morais “civilizados”, incluindo a valorização da honra sexual feminina como uma medida para estabelecer a ordem e o progresso (Caulfield 172) e regenerar o Brasil, como se verá na próxima seção.

Tal raciocínio é arrematado no final da narrativa através do diálogo entre a personagem Cecília Amargo, companheira de viagem na Europa, e a protagonista Cláudia—já mãe e financeiramente independente—, que questiona a sua definição de moral. Aquela responde que “moral é tudo quanto é imoral na natureza, e vice-versa” (Cobra 93). Embora a afirmação soe paradoxal, o que ela subscreve é que a moralidade é um inventário de condutas discriminadas cuja finalidade é disciplinar o comportamento humano, sobretudo se este se refere à sexualidade feminina. A “imoralidade da moral” estaria precisamente no seu poder de, ao suprimir a naturalidade da expressão humana, produzir efeitos devastadores e desumanizantes principalmente ao sujeito feminino, que perde a tutela sobre o próprio corpo. Em outros termos, o limite entre o que é moral ou não diz respeito às expectativas do que é apropriado às mulheres. É o que afirma Besse: “Maintaining social hierarchy (often defined as ‘morality’) required maintaining binary oppositions between classes and between sexes. Any attempt to dissolve either of these oppositions threatened the entire system of power” (5). A ameaça a estas oposições sinalizava potencial desmantelamento de toda a ordenação social, cujo fundamento estava na sexualidade.

À medida que a intervenção do Estado aumentava e substituíam a responsabilidade paterna de disciplinar as mulheres no projeto modernizador brasileiro, a família tradicional ganhou um verniz moderno e científico, que legitimou o casamento e a família nuclear como “biologically natural and socially necessary institutions for all social classes and thereby to ensure the continued subordination of women’s individual interests to collective interests” (Besse 11), assegurando a subordinação dos interesses das mulheres aos propósitos coletivos nacionais. A atribuição da mulher, esposa, mãe e cidadã consistia na participação na economia reprodutiva biológica e ideológica da nação, não só como responsável pela procriação de futuros cidadãos, assim garantindo a continuidade da população, mas também desempenhando o papel de transmissora dos valores ideológicos nacionais. Para tanto, a sexualidade feminina deveria se circunscrever

ao casamento e, como ferramenta de controle, a virgindade e a honra sexual das mulheres foram basilares.

Castidade feminina, progresso nacional

A virgindade, segundo o egoísmo masculino, é uma coisa santa, mas havemos de convir que nem sempre as coisas santas soam bem. (*Virgindade inútil* 88)

A epígrafe acima—retirada da já citada interlocução entre a protagonista Cláudia e a personagem Cecília—sintetiza a posição da autora na obra: a virgindade, além de inútil, é produto dos homens e seu lustre de pureza dissimula a violência da sua invenção. De fato, a castidade feminina, no âmbito do falso moralismo comentado na seção anterior, também é elemento fundamental do projeto nacional brasileiro à época, como explora exaustivamente a obra *Em defesa da honra: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918–1940)* da historiadora Sueann Caulfield. A autora analisa a noção de honra sexual das mulheres em conjunção com a de nação brasileira, entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início do Estado Novo, investigando, a partir de 450 inquéritos e processos de crimes sexuais, a importância da “honra” no cotidiano da população carioca e no debate público sobre a modernização do Brasil.

Segundo Caulfield, para muitas autoridades religiosas do período, assim como para as elites políticas e profissionais, a associação era clara: a honra sexual era a base da família, e esta, o alicerce da nação. “Sem a força moralizadora da honestidade sexual das mulheres, a modernização—termo que assumia diferentes significados para diferentes pessoas—causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social” (26). Esse ponto de vista é evidente numa obra como *Os delitos contra a honra da mulher: Adulterio, defloramento, estupro. A sedução no Direito Civil* (1897), de autoria do jurista Francisco José Viveiros de Castro, que atribui o respeito pela honra da mulher não a “um sentimento inato do homem”, mas à “conquista da civilização” e “vitória das ideias morais sobre a brutalidade dos instintos” (1).

Conquista da civilização não é exatamente a tradução do pensamento de Ercília Nogueira Cobra sobre o que seja a virgindade. A narradora da novela declara—à revelia de um Viveiros de Castro:

Homens malditos, inventores da castidade para uso alheio! Vós vos rebocais sobre a mulher perdida.... A vós nada suja. O comércio infame do qual sois uma parte, só desonra a outra parte.... Quereis pequenas Jujus iletradas, semi-analfabetas e tolhidas de superstição para sortir os bordéis onde ides refestelar a vossa concupiscência bestial! Não quereis que se dê profissão à mulher para que tenhais sempre carne fresca, novidades para o paladar cansado! (53)

A crítica contundente do parágrafo tem que ver com a profunda assimetria entre os gêneros criada pelos homens e o destino cruel reservado às moças que, destituídas de acesso à educação (“iletradas, semi-analfabetas”) e à formação profissional, o que lhes garantiria autonomia financeira, acabam por se prostituir nos bordéis, já que a perda da virgindade, fora do contrato matrimonial do dote, retira o seu estatuto de sujeito ao mesmo tempo que as credencia como mulheres perdidas.

A castidade—e a sua manutenção enquanto signo da honra feminina, familiar e nacional—era assegurada através de um procedimento médico específico: a himenolatria. Segundo Caulfield, no final do século XIX e durante as três primeiras décadas do século XX, os especialistas brasileiros em medicina legal produziram uma vasta literatura sobre o estudo do hímen, passando a figurar entre as principais autoridades mundiais sobre sua morfologia (51). O que estava em pauta era a “precisão da prova médica da virgindade feminina, ou da sua ausência, nas disputas legais sobre a honra perdida” (Caulfield 52), uma vez que “essa evidência era fornecida pelos especialistas em medicina legal por meio de exames obrigatórios nas vítimas femininas de crimes sexuais” (52) até mesmo quando, supostamente, a virgindade prévia da vítima não era juridicamente relevante, como na maioria dos países europeus. Nesse sentido, um episódio de *Virgindade inútil* é exemplar.

Na sua fuga para Flumen, Cláudia é localizada por um agente da polícia através de uma denúncia anônima da mãe e é levada à delegacia. Na ocasião, é interrogada pelo delegado, com quem tem um diálogo. A cena é ilustrativa do procedimento médico-legal da himenolatria e do constrangimento ao qual as mulheres eram submetidas. De imediato, o oficial se refere à condição virgem de Cláudia e à necessidade do exame para confirmá-la, o que ela rejeita, uma vez que, além de

não mais se encontrar na categoria de donzela casta, não aceita se submeter a tal “barbaridade incômoda” e “exibir a intimidade do [seu] sexo para um homem ver o uso que f[ez] do que é [seu]” (Cobra 60). Para que seja liberada da delegacia, porém, ela aceita ser examinada, protestando contra “exigência tão bárbara e estúpida” (60).

Muito aborrecida, Cláudia é conduzida à sala semelhante a um consultório médico, com cadeira operatória num canto, onde um sujeito com aparência de doutor aparece para inspecioná-la sob a justificativa de que se trata de um exame para a proteção das mulheres, impedindo que caiam na artimanha de sedutores que não planejam se casar. “Protege a mulher rebaixando-a à categoria de rês!” (60), a protagonista contra-argumenta, apontando que, se quisessem proteger as mulheres de fato, lhes dariam instrução profissional e os mesmos direitos que os dos homens. A revolta de Cláudia se justifica na injustiça de ser paciente em um exame invasivo ao qual não consentiu, assim como de ser réu ou vítima num processo inexistente, dada a sua liberdade em fazer uso do que é seu, como ela mesma declara. Em termos de projeto nacional, os mecanismos disciplinares sobre a virgindade e a honra feminina funcionam desde as instituições da administração colonial até a República, passando pelo Império, na construção social de diferenças de gênero, raça e classe. Assumindo função particular nas ideologias nacionalistas do século XIX, a honra sexual desempenhou a manutenção das diferenças sociais e ocupou um lugar próprio em ideologias de homogeneidade cultural depois da independência das nações americanas, como é o caso do Brasil (Caulfield 32). Durante o Império e sobretudo a República, juristas brasileiros sofisticaram os mecanismos jurídicos, penais e constitucionais para assegurar a proteção da honra sexual das mulheres pelo poder público enquanto marcas do progresso da civilização. É assim que a virgindade e os modos com que o Estado a controla, através dos seus mecanismos disciplinares e punitivos, têm fundamento na salvaguarda do casamento como o contrato social primordial para a constituição da família nuclear e, conseqüentemente, da nação brasileira.

Bocolândia e o heteronacionalismo

Demais, digam o que disserem, o filho pertence à mãe. A leoa e fêmea do tigre do deserto não criam perfeitamente os seus filhotes? São elas por acaso menos hábeis

que os leões e os tigres? Entrega a boa galinha ao galo os seus pintos? (*Virgindade inútil* 86)

O relacionamento entre sexualidade e nacionalidade é notadamente íntimo. Como assinala V. Spike Peterson, para além da categoria de gênero, a dimensão preponderante no projeto de constituição nacional diz respeito à sexualidade, sobretudo no seu condicionamento heteronormativo. Mais concretamente, a organização dos homens e das mulheres, e dos papéis masculinos e femininos, na tessitura nacional é legitimada pela união (re)produtiva entre ambos; ou seja, o resguardo da virgindade, a heterossexualidade compulsória e a obrigatoriedade matrimonial estão ao serviço da reprodução biológica que, por sua vez, é fundamental para a articulação da ideia nacional através da família nuclear heterossexual. Assim, o que subjaz essa codificação binária e viabiliza o seu funcionamento no contexto nacional é o *heterossexismo*, conceituado por Peterson como a institucionalização da heterossexualidade e a exclusão consequente de identidades e práticas não-heterossexuais:

Heterosexism as sex/affect involves the normalization of exclusively heterosexual desire, intimacy, and family life. Historically, this normalization is inextricable from the state's interest in regulating sexual reproduction, undertaken primarily through controlling women's bodies, policing sexual activities, and instituting the heteropatriarchal family/household as the basic socio-economic unit. This normalization entails constructions of gender identity and hegemonic masculinity as heterosexual, with corollary interests in women's bodies as objects of (male) sexual gratification and the means of ensuring group continuity. (41)

Essa definição não é estranha à realidade da Bocolândia/Brasil em *Virgindade inútil*, muito pelo contrário: o romance é estruturado na crítica vigorosa à subordinação das mulheres pela dominação social, política e sexual dos homens. O questionamento da narradora sobre a condição das mulheres se alinha à crítica ao regime heterossexista que produz as desigualdades sexuais e de gênero. Não à toa, a identidade feminina está amalgamada à sua capacidade reprodutiva, como ilustram as seguintes indagações sarcásticas: “Não é a mulher um ente apenas

reprodutor? Uma espécie de autômato que só se move nos momentos em que a sociedade exige? Não é completamente insensível, mera portadora de um órgão que só pode funcionar quando a religião dá ordem e quando a sociedade autoriza?” (46). O processo sinedóquico, em que a parte (a genitália) é tomada pelo todo (a mulher), evidencia a desumanização a que as mulheres são submetidas: menos uma pessoa do que um apetrecho sexual reprodutor. Essa operação dá a ver que a condição feminina não apenas é destituída de agência (“uma espécie de autômato”), mas sobretudo manipulada pela doutrina cristã (“religião”) com a complacência do povo (“sociedade”) na atualização da ficção edênica em formato de família—sempre mirada no corpo das mulheres como organismo reprodutor e não enquanto sujeitas de si. Para Monique Wittig, o sexo, enquanto categoria, só existe na sociedade na medida em que é heterossexual e através da apropriação de mulheres como base da sua produção. Para tanto, as mulheres são consideradas sexualmente disponíveis para os homens e seus corpos, vestuários e comportamentos devem ser visíveis.

Essa visibilidade, no entanto, está inscrita apenas nos limites do sexo, na medida em que as mulheres são inteligíveis somente como seres sexuais, sendo invisíveis como sujeitas sociais. De acordo com Wittig, “a categoria sexo aprisiona fortemente as mulheres” (“A categoria” 39), uma vez que elas não são reconhecidas fora dela. “Somente *elas* são sexo, *o* sexo, e tiveram o espírito, o corpo, os atos e os gestos transformados em sexo; até mesmo os assassinatos e as agressões que elas sofrem são sexuais” (39). Tudo isso é “naturalmente” assumido pelo Estado e demais instituições (da jurídica à educacional, passando pela médica), garantindo a heterossexualização da sociedade, sobretudo das mulheres. Em *Virgindade inútil*, desde os doze anos as meninas já são visadas por futuros pretendentes para casar pelo dote (Cobra 49); em uma ocasião, Cláudia é discriminada no hotel onde se hospeda por estar desacompanhada de um homem (56); em outra, a oportunidade de trabalho num escritório se converte numa tentativa de importunação sexual pelo chefe (58); uma moça é processada pelo marido e o juiz lhe concede a vitória e o divórcio, fazendo-a perder a herança e obrigando-a à prostituição; a himenolatria preserva as moças virgens para o matrimônio (60); uma argentina, agonizando de uma overdose de cocaína no bordel onde se prostituía, morre sussurrando: “Machito, machito. Quiero el mio machito” (63). Todos esses episódios têm em comum o infortúnio ou a tragédia de

mulheres por sua condição feminina dentro do regime da heterossexualidade compulsória.

Nesse sentido, a célebre frase wittigiana—“lésbicas não são mulheres”, em *The Straight Mind*—sintetiza a dinâmica heterossexista, na medida em que, ao não participar da economia reprodutiva da nação, uma mulher que não seja potencialmente “um ente apenas reprodutor” (nas palavras da narradora de *Virgindade inútil*) simplesmente não conta. No entanto, a dominação das mulheres se dá em nível tanto coletivo quanto individual; neste último, por meio do contrato matrimonial. Para Ochy Curriel, a abolição da opressão de sexo-gênero pelas mulheres “não é tão simples como sair individualmente da classe feminina, pois há a sua apropriação coletiva, o que implica que lésbicas, freiras, prostitutas ou solteiras também não estão livres do regime de heterossexualidade” (55); daí a necessidade de uma luta coletiva para demolir o “pensamento hétero” e as relações de gênero heteronormativas que informam o ideal nacional. Segundo a autora, a unidade da nação nada mais é do que “uma ficção resultante da hegemonia das forças políticas e sociais com base no gênero, raça e classe” (91), além da sexualidade, constituindo a base fundamental para a criação de pactos sociais nas sociedades modernas. Daí o seu conceito de heteronação (56), cuja construção imaginária tem como base fundamental o regime da heterossexualidade através da ideologia da diferença sexual, que se manifesta, por sua vez, em instituições como família, parentesco, nacionalidade.

No caso da novela *Virgindade inútil*, tendo em vista o regime heterossexista tanto para o condicionamento das mulheres quanto para a formação da família nuclear e da comunidade nacional, um importante ponto no enredo desarticula essa lógica: o encontro entre Cláudia e Clariska. Após desilusão amorosa com o argentino Emiliano Estroeva (na verdade, um farsante russo chamado Ivan Strovansk), aquela decide cair em braços alheios, entre outros os da espanhola Clariska Monteiro, com quem mergulha num “safismo que não tinha fim” (Cobra 82). O início do romance entre ambas é simultâneo à descoberta da gravidez de Cláudia, que desconhece—inicialmente—a paternidade da criança, argumentando que “o pai só quer ao filho quando a mãe possui dote” (83) e que esta criança pertence a ela, sendo um “autêntico filho de sua mãe” e um “ser que pisaria aos pés todos os falsos preconceitos que a fizeram sofrer” (83). O filho acaba sendo uma filha e não só de uma mas de duas mães, desorientando a diretriz

heteronormativa ao mesmo tempo que coloca em primeiro plano uma outra: a lésbica.

Lesbianidade enquanto nova ordem

Cláudia sentia que aqueles transportes não eram normais, mas por excitação mórbida do vício não fugia a eles, antes os acirrava e exasperava.
(*Virgindade inútil* 82)

Em *Modernism and Perversion*, Anna Katharina Schaffner discute os modos com que a categoria *perversão* se configurou a partir do “conceptual transfer between literature, medicine and psychology, between imaginary and scientific narratives” (23) durante a virada finissecular do século XIX para o XX na Europa. As perversões sexuais modernas, incluindo a homossexualidade, sadomasoquismo, fetichismo, voyeurismo e exibicionismo, que animaram a imaginação cultural à época, foram sistematizadas de maneira inaugural pelo psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing em *Psychopathia Sexualis* (1886). A maioria dessas perversões estavam relacionadas a transformações sociopolíticas especificamente modernas, como as mudanças nos papéis de gênero, a emergência do individualismo, a divisão da vida pública e privada, o aumento da cultura de consumo e a crescente urbanização (Schaffner 11).

No âmbito médico-científico, o comportamento sexual desviante passou da sua identificação religiosa como pecaminoso à categoria do imoral, diferenciando o normal do patológico, o saudável do doente, natural de desnatural, e instituindo o corpo (e a sexualidade) ideal para o coletivo nacional. Assim, “the perverts were both polluted and polluters, wreaking havoc with their own and the social body, endangering the welfare of the state and ultimately the survival of the species by depriving sex of its procreative function” (Schaffner 12). Se no século XIX a masturbação era o problema mais flagrante, na passagem para o século XX a homossexualidade ocupa o palco central das preocupações sexuais do período. Desse modo, o homossexual e a lésbica se tornam um “emblema de corrupção moral” (13) e figuras para conter ou temer ao mesmo tempo que celebrar—enquanto desafiantes da ordem sexual existente.

Essa função ambígua que a figura homossexual desempenha é comentada por Schaffner no contexto do relacionamento entre literatura e sexologia. Enquanto

sexólogos seriam identificados com a modernidade na condição de reatores científicos à suposta decadência moderna, escritores se compatibilizariam com o modernismo enquanto artífices do progresso também estético (254). Esse enquadramento, no entanto, é complicado por alguns fatores, entre os quais a ação dupla das obras literárias modernistas em relação às perversidades sexuais. Conforme a autora, as perversões

On the one hand, ... are figures of disease, allegorical expressions of a profound cultural disenchantment, which are deployed as tools for pathologizing the “perverse” experience of modernity. On the other hand, they are figures of redemption, which function as utopian projection planes, as phantasmagoric spaces in which alternative orders can be imagined, in which teleological and utilitarian biopolitical conceptions can be critiqued. (255)

Com efeito, muitos sexólogos se debruçaram sobre obras literárias à procura de termos e representações para utilizarem como observações empíricas, enquanto essa mesma literatura colocou em evidência tanto a dimensão patológica quanto a libertária das expressões sexuais dissidentes.

O caso brasileiro não foi diferente. Na obra *Atentados ao pudor* (1895), o já mencionado jurista Viveiros de Castro apresenta “pela primeira vez na literatura nacional uma monografia sobre as aberrações do instinto sexual” (5). Entre as aberrações estudadas estão a necrofilia, o exibicionismo, o sadismo, o incesto, a pederastia e o tribadismo. Este, um outro nome para lesbianidade, se manifesta nas mulheres como desequilíbrio mental, inversão congênita ou vício. Segundo Viveiros de Castro, as causas para o alegado aumento do número de viciadas são várias, incluindo internatos, a educação e a literatura modernas (198–200). A vida compartilhada entre as moças em internatos, apesar de “platônica e inocente” a princípio, pode se converter, com “o despertar dos sentidos,” em curiosidade sexual e “facilmente degenerar em amores lesbios” (198). Para o autor, “basta em um colégio uma menina pervertida para contagiar o vício, por mais severa que seja a vigilância” (198). Esta observação pode ser ilustrada com um episódio de *Virgindade inútil*.

Nele, a protagonista Cláudia reencontra a amiga Juju Valério com quem perdera contato depois de abandonar o colégio de freiras na adolescência.

Atualizando-se mutuamente sobre a trajetória de outras colegas pregressas e suas vidas maritais fracassadas, as duas lembram de Marta, uma moça cujo casamento foi anulado pelo marido. Segue o diálogo:

—Pudera! No colégio a preocupação da Marta era fechar-se no gabinete com a Glória.

—E o que mais elas faziam fechadas ninguém o sabia.

—Ninguém é um modo de dizer, porque uma vez a Glória fechou-se comigo para a mesma coisa.

—Não me diga! E fez-te?

—Não quiz que o fizesse em mim, mas o fiz nela.

Juju soltou uma gargalhada.

—Mas eras uma criança e Glória moça feita!

—Queres que te diga francamente? Foi das mais curiosas sensações de minha vida. Nunca fui uma viciada, mas aquela grande a tremer sob minhas mãos de criança me perturbou singularmente. (65)⁹

É significativa a declaração de Cláudia de nunca ter sido uma viciada, desejando despatologizar-se ao mesmo tempo que afirma a importância daquela experiência para si: a intimidade erótica com a colega é considerada uma das “mais curiosas sensações de [sua] vida” e algo que a “perturbou singularmente”. A ironia está em que, enquanto o ato sexual ocorre dentro de um gabinete, a confissão é uma espécie de saída do armário para a protagonista. Esse tensionamento foi desenvolvido por Eve Kosofsky Sedgwick na sua epistemologia do armário, em que a binaridade entre os pares público/privado, revelação/segredo, masculino/feminino, mesmo/outro e natural/artificial fundamentam não só a estrutura opressora contra dissidentes sexuais, mas a própria cultura ocidental no século XX, marcada indelevelmente pela especificidade histórica das definições de homo- e

⁹ Esse episódio é antecipado quando a narradora comenta que Cláudia, ainda ignorante sobre o amor, o desejo e a paixão, conhecia apenas a “sensação material que qualquer contato pode dar e que experimentara logo em pequena em infantis esfregações com amiguinhas” (55). Além disso, no ensaio *Virgindade anti-higiênica*, é possível encontrar a inspiração empírica que a própria autora Ercília, na nota à segunda edição, relata ter vivido. Quando no colégio de freiras, ela e outras educandas “iludiam o cativoiro escrevendo-se mutuamente bilhetinhos amorosos e trocando pelos lugares escuros beijos avidíssimos que nem sempre eram depositados nos lábios” (110).

heterossexualidade. Longe de serem simétricos, os conjuntos subordinam um termo a outro e sua “cadeia metonímica de binarismos” (29) tem por subjacente o conhecimento ou a ignorância sobre a (homo)sexualidade alheia. No diálogo acima, o segredo (erotismo entre colegas), realizado na alcova do armário ou gabinete, tem o sigilo rompido pela confissão, que nos leva à ciência de algo: a possível lesbianidade da protagonista.

A educação moderna também é apontada por Viveiros de Castro como uma das razões para o vício lésbico. Para o jurista, a instrução moderna, que “retirou a mulher da penumbra silenciosa do lar para as agitações tumultuosas do mundo,” abre-lhe os horizontes, desperta curiosidades e interesse nos “segredos do vício” (199). “A *virgo casta et intacta*, diz o dr. Chevalier, vai-se tornando em nossa época uma raridade” (199), declara o autor. A citação evidencia que a perda da virgindade e a sexualidade dissidente são compatíveis enquanto efeitos da modernidade e da suposta nova educação destinada às moças. “Daí a partir para Lesbos ... não vai muito longe” (199), afirma preocupadamente Viveiros de Castro. Para ele, o perigo iminente da lesbianidade (“partida para Lesbos”) se encontra no movimento do espaço privado (“penumbra silenciosa do lar”) para o público (“agitações tumultuosas do mundo”), que a escolarização feminina moderna desvela, convidando as moças para o exercício desinibido da sua sexualidade, sobretudo de maneira degenerada—isto é, entre elas.

Além disso, a própria literatura moderna figura como causa para a sexualidade lésbica. O autor aponta o interesse de escritores pelo tribadismo como pretexto para estudos de casos patológicos, descrevendo o vício em seus detalhes fisiológicos e particularidades obscenas. Para exemplificar o fenômeno na literatura brasileira, cita o romance naturalista *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, no qual a prostituta francesa Leonie e a menina Pombinha compartilham um encontro sexual intenso. Para Viveiros de Castro, a curiosidade terrível que a obra causa nas leitoras pode produzir consequências perniciosas:¹⁰

Duas amigas se encontram, falam do romance que ambas leram,
experimentam ao vivo a sensação que o escritor tão ardentemente
descreveu, gostam do ensaio, transmitem adiante a descoberta,

¹⁰ Para uma análise d’*O cortiço* na interseção entre nacionalismo e sexualidade, ver *O retrato do Imperador: Negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil*, de Leonardo Mendes.

iniciam outras no segredo. E Safo assim vai conquistando adeptos [sic], propagandistas de seu culto. (201)

De modo opositivo, em *Virgindade inútil*, essa mesma preocupação com o efeito da literatura aparece através da protagonista Cláudia, mas com romances que iludem as moças com histórias românticas e heróis que só existem mesmo na ficção.

Segundo a narradora, Cláudia é leitora de romances, cujos enredos aprazíveis nada mais fazem que falsear a realidade. A oportunidade da dedicação séria aos estudos, que contribuiriam para a formação autônoma das moças, é sacrificada pelo incentivo à fantasia. O comentário sobre o efeito perigoso da leitura de romances é contundente: “Quanta meretriz roída de sífilis não expira nos hospitais o crime de ter querido imitar uma heroína de romance em plena realidade do mundo!” (48). Se a literatura considerada imoral, no século XIX, apresentava como suposto resultado o desvirtuamento das jovens da sua formação e atribuição para a família, desencadeando em degeneração e tragédia, o procedimento de *Virgindade inútil* consiste na exata inversão deste argumento, subvertendo o consenso sobre a “literatura imoral.” Para Cobra, a literatura perigosa para a formação das moças é, pelo contrário, a que projeta e reforça a normatividade heteropatriarcal. O caso paradigmático do romance oitocentista *Madame Bovary* (1857), que levou o autor francês Gustave Flaubert ao tribunal, num processo judicial por ofensa à moral pública, à religião e aos bons costumes, serve de parâmetro. Classificado como imoral pelo adultério cometido pela protagonista Emma, o livro resta exemplar da suposta ameaça e influência que a leitura literária no século XIX poderia provocar ao comportamento do público-leitor—sobretudo das mulheres. A esta literatura, Ercília Nogueira Cobra contrapõe como verdadeiramente imoral aquela que ludibria às moças com ilusões de amor matrimonial harmonioso, substituindo a instrução do conhecimento e das cruezas do mundo por mentiras e devaneios.

A ansiedade com a sexualidade dissidente feminina não está excluída de *Virgindade inútil*. Já na introdução ao livro, Cobra afirma não pretender “descer à patologia sexual citando as viciosas donzelas que se excitam mutuamente” (44). O jargão médico-científico utilizado pela autora (“patologia sexual” e “vício”) é o mesmo da gramática ocidental moderna para tratar de sexualidades dissidentes. Ao lançar mão desse recurso retórico, a autora insere a obra num contexto mais ampliado dos discursos sobre sexualidade em voga à época. No entanto, apesar

desta advertência inicial, a protagonista Cláudia, depois da experiência inesquecível com a colega durante os anos de colégio, como já se sabe, se envolve amorosamente com a espanhola Clariska Monteiro. Quando as duas ficam separadas, a protagonista nutre saudades pela amante ao ponto de apelidar uma linda égua alazã com o seu nome, em virtude de o animal, assim como a namorada, “ser muito fogos[o]” (83). A equivalência de Clariska com a égua, em toda a sua potência erótica, é ainda mais vigorosa pela imagem sugestiva de Cláudia cavalcando-a, como uma amazona que não guerreia, mas se resigna a ninguém a não ser ao próprio desejo.

O romance entre as duas é tão intenso que, quando Cláudia descobre uma gravidez, dando luz à filha Liberdade, a paternidade é atribuída não a um homem, mas a Clariska. Em conversa com a amiga Cecília, que lhe pergunta pelo progenitor da criança, dada a falta de similitude com a mãe, Cláudia afirma que a menina se parece com Clariska. Ao ver o retrato da espanhola, a amiga conclui que, de fato, “a semelhança era perfeita” (91). Desse modo, o enredo não apenas vai contra a advertência moralizante da própria introdução, mas também, ao apresentar uma potencial configuração familiar, se opõe radicalmente aos discursos heterossexistas do Brasil pós-primeira guerra, que situavam a família nuclear heterossexual como basilar à construção nacional. Para além da dimensão jurídica, médica e política dos discursos que informavam o ideal nacionalista brasileiro, também a literatura desempenhou papel fundamental para traçar os elementos necessários à fundação da nação.

Lésbicas contra-escrevem: A reinvenção da nação

Os ilustres gozadores que aproveitem o seu triste fim de reinado. A escrava já está abrindo os olhos. O 89 das mulheres não tarda. A Bastilha dos preconceitos já começa a estremecer pela base. Mais um esforço e ruirá.
(*Virgindade inútil* 92)

No seu estudo *Foundational Fictions*, Doris Sommer discute o relacionamento íntimo e mutuamente construtivo entre heterossexualidade e nacionalismo em obras ficcionais do século XIX na América Latina. Essas obras, as quais ela chama de *ficções fundacionais*, têm como propósito a construção de uma identidade nacional a partir da harmonização de conflitos étnico-raciais, de classe e de gênero,

em que poder e desejo se articulam para o projeto da nação futura. Os romances funcionam como representações ficcionais da situação nacional e projeções idealizadas do futuro do país. Por meio da investigação sobre nacionalismo e erotismo, assim como poder e desejo, Sommer observa a união entre personagens de diferentes estratos sociais como um emblema para a construção nacional em cada narrativa, sustentando que o romance, ou a história de amor no seu uso durante o século XIX, se constituiu como um gênero profundamente alegórico:

The classic examples in Latin America are almost inevitably stories of star-crossed lovers who represent particular regions, races, parties, economic interests, and the like. Their passion for conjugal and sexual union spills over to a sentimental readership in a move that hopes to win partisan minds along with their hearts.
(5)

A preocupação do estudo de Sommer é enfatizar a indissociabilidade entre política, ficção e desejo na construção da nação. Além disso, a fim de dar sentido ao sucesso no século XIX dos romances românticos da América Latina, Sommer localiza um contínuo erótico da política, ligando os ideais nacionais às representações literárias do amor “natural” e heterossexual em meados do século (6). Em resumo, as uniões amorosas na literatura latino-americana do século XIX comunicam modelos ideais de nação.

Analisando o caso brasileiro, Sommer traz à baila os romances *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865), de José de Alencar, observando que estas narrativas históricas se fundamentaram no romance entre indígenas e europeus como força-matriz para a afirmação de uma brasilidade baseada no amor interracial seletivo (posto que os cenários de Alencar excluem personagens negras). Mais do que a realização estética das obras, afirma a autora, foi a paixão entre as personagens que gerou apreço e apelo especial junto ao público (141). Mesmo que incorporem elementos trágicos em seus enredos, o desfecho de ambos os romances alude a um futuro otimista para o Brasil sob a forma da miscigenação racial. Especialmente em *Iracema*, é paradigmático que o casal heterossexual interracial, o europeu Martim e a ameríndia Iracema, se apresente enamorado e reprodutivo através do nascimento de sua descendência mestiça: a criança Moacyr. Conforme Sommer, “[é] a retórica erótica que organiza os romances patrióticos” (2), na medida em que

a união entre personagens divergentes se apresenta como substância da consolidação nacional através do desejo heterossexual produtivo. Assim, as ficções fundacionais, ao articularem heterossexualidade, literatura e nacionalismo, instituem um projeto que, se normativo porque inaugural, também se configura como multiplamente excludente.

Nesse sentido, caberia pensar que outras nações possíveis poderiam ser imaginadas a partir de um outro ponto de vista. Em *Ficciones lesbianas: Literatura y afectos en la cultura argentina*, Laura Arnés argumenta que a literatura nacional argentina foi elaborada a partir da metáfora da violência sexual, como “coito retórico coletivo” (29) que tem suas origens em um estupro, reiterado com variações ao longo de sua história, e questiona as consequências desta simbolização fundacional: “si en [la literatura nacional] lo penetrante se cargó de valor—hasta el gran proyecto de Nación se sostenía sobre metáforas de impregnación—...: ¿qué desvios imaginários—sexuales y textuales—imprimen las ficciones lesbianas?” (29). A pergunta, uma provocação, situa as *ficciones lesbianas* como um exercício imaginativo para outras realidades possíveis. Dessa maneira, “la afectividad lesbiana se renueva ... constantemente en producción expresiva, a modo de una historia de imaginaciones múltiples, a modo de futuros” (30), que se apresentam como utopia—mas uma que seja possível.

É o caso do romance *Virgindade inútil*. Na contramão das ficções fundacionais exploradas por Sommer, a obra oferece um contraponto à ideologia dominante da nação, inaugurando outra ordem, posto que desmantela o seu alicerce fundamental—a família heteropatriarcal—ao apresentar um potencial arranjo composto por duas mulheres (a protagonista Cláudia e a amante Clariska) e sua filha (Liberdade). Embora trate de autoras do século XIX, a análise de Rita Terezinha Schmidt, no ensaio “Na literatura, mulheres que reescrevem a nação”, é oportuna para iluminar também a obra de Cobra. Para Schmidt, “o nacional, enquanto espaço das projeções imaginárias de uma comunidade que buscava afirmar sua autonomia e soberania em relação à metrópole, constituiu-se como um domínio masculino, de forma explícita e excludente” (65). E as mulheres, destituídas da condição de sujeito, jamais foram imaginadas ou “sequer convidadas a se imaginarem como parte da irmandade horizontal da nação” (67), tendo o seu valor atrelado a sua capacidade reprodutora.

Assim, a dialética entre nação e narração tem a ver com o exercício de poder imaginar e instituir quais são os corpos—e as sexualidades—que importam na comunidade nacional. Daí Schmidt afirmar:

Pela ótica das mulheres, nacionalizar o nacional, o que soa como um aparente despropósito, significa, justamente, questionar a matriz ideológica do paradigma universalista que informou o princípio do nacionalismo brasileiro, responsável pela constelação hegemônica de forças políticas, sociais e culturais presentes na formação e no desenvolvimento da nação como narração. Talvez essa seja uma das razões para o silêncio e a exclusão de nossas escritoras da historiografia literária e da história das ideias no Brasil, já que narrativizar o país, na perspectiva de muitas delas, era problematizar a ideologia dominante de nação. (71)

Com efeito, esta é a situação de Ercília Nogueira Cobra e *Virgindade inútil*. A sua exclusão sistemática do panorama histórico-literário brasileiro é flagrante. Como observa Barbosa, a inclusão de Cobra—assim como de outras autoras, como Patrícia Galvão (1910–1962) e Lúcia Miguel Pereira (1901–1959)—no panorama do modernismo brasileiro contribuiria para uma visão mais alargada da agenda cultural e literária do período, uma vez que essas escritoras e suas obras se apresentam como um “anárquico contradiscurso” (3) dos anos 1920 e 1930.

Ao ampliar o escopo modernista, registrando devidamente a contribuição de Cobra, tem-se a oportunidade de observar as operações éticas e estéticas de uma obra que desvela as operações de poder em voga à época envolvendo as mulheres e sua sexualidade. Assim, contextualizando-a, é possível ter acesso à realidade histórica, social, cultural e literária do período, desde uma posição ainda não privilegiada pela crítica e que oferece uma revisão a um tempo da historiografia literária e dos discursos que engendram a comunidade nacional. *Virgindade inútil*, com toda a revolta e indignação, imagina e (re)cria outro país ao apresentar a liberdade como fruto do amor entre mulheres: uma promessa de esperança.

Obras citadas

- Arnés, Laura. *Ficciones lesbianas: Literatura y afectos en la cultura argentina*. Madreselva, 2016.
- Barbosa, Maria José Somerlate. “Women Novelists in the Early Decades of Brazilian Modernism.” *Chasqui: Revista de literatura latinoamericana*, vol. 37, no. 1, 2008, pp. 3–24.
- Benatte, Antonio Paulo. “O jogo de Deus, do homem e do bicho.” *Revista de história regional*, vol. 16, no. 1, 2011, pp. 298–303.
- Besse, Susan K. *Restructuring Patriarchy: The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914–1940*. U of North Carolina P, 1996.
- Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918–1940)*. Tradução de Elizabeth de Avelar Solano Martins, Editora da UNICAMP, 2000.
- Cobra, Ercília Nogueira. *Virgindade inútil: Novela de uma revoltada; Virgindade anti-higiênica: Preconceitos e convenções hipócritas. Visões do passado, previsões do futuro*, editado por Susan C. Quinlan e Peggy Sharpe, Editora da UFG, 1996.
- Curiel, Ochy. *La nación heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Brecha Lésbica; en la frontera*, 2012.
- Eleutério, Maria de Lourdes. “Elas eram muito modernas.” *Modernismos 1922–2022*, organizado por Gênese de Andrade, Companhia das Letras, 2022, pp. 161-172.
- Ferreira, Ermelinda Maria Araújo. “Os males do Brasil são: A doença como elemento constitutivo de ser brasileiro.” *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, no. 43, 2014, pp. 193–212.
- Germinatti, F. T., e V. S. de Souza. “Eugenia e ‘questão racial’ na Primeira República: Uma análise a partir das publicações no jornal Correio Paulistano (1910–1920).” *Sæculum: Revista de história*, vol. 27, no. 47, 2023, pp. 96–118.
- Leahy-Dias, Cyana. “Revolução sexual e pedagogia feminista em Ercília Nogueira Cobra.” *Letras de hoje*, vol. 33, no. 3, 2013, pp. 51–60.
- Mendes, Leonardo. *O retrato do imperador: Negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil*. EDIPUCRS, 2000.

- Mott, Maria Lúcia de Barros. “Biografia de uma revoltada: “Ercília Nogueira Cobra.” *Cadernos De Pesquisa*, v. 58, 1986, pp. 89–102.
- Nascimento, Imaculada. “Corpos indóceis, mentes livres: A obra de Ercília Nogueira Cobra.” *Virgindade inútil e anti-higiênica—Virgindade anti-higiênica: Preconceitos e convenções hipócritas*, de 1924; *Virgindade inútil: Novela de uma revoltada*, de 1927, de Ercília Nogueira Cobra, Editora Luas, 2021, pp. 11-43.
- Nazzari, Muriel. *O desaparecimento do dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil 1600–1900*. Companhia das Letras, 2001.
- Nostrane, K. C., e C. J. A. Muriel Zinani. “Vivências de Ercília Nogueira Cobra em Caxias do Sul: Sob o prisma de registros históricos.” *Cadernos Pagu*, no. 61, 2021, pp. 1–12.
- Peterson, V. Spike. “Political Identities/Nationalism as Heterosexism.” *International Feminist Journal of Politics*, vol. 1, 1999, pp. 34–65.
- Romero, Mariza. “Ciência, construção da nação e exclusão social. São Paulo-Brasil (1889–1930).” *Amérique Latine histoire et mémoire. Les Cahiers ALHIM*, vol. 29, 2015, pp. 1–69.
- Schaffner, Anna Katharina. *Modernism and Perversion: Sexual Deviance in Sexology and Literature, 1850–1930*. Palgrave Macmillan, 2012.
- Schmidt, Rita Terezinha. “Na literatura, mulheres que reescrevem a nação.” *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto*, editado por Heloísa Buarque de Hollanda, Bazar do Tempo, 2019, pp. 65-79.
- Sedgwick, Eve Kosofsky. “A epistemologia do armário.” Tradução de Plínio Dentzien, *Cadernos Pagu*, vol. 28, 2007, pp. 20-54.
- Sommer, Doris. *Foundational Fictions: The National Romances of Latin America*. U of California P, 1991.
- Souza, Vanderlei Sebastião de. “Por uma nação eugênica: Higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920.” *Revista brasileira de história da ciência*, vol. 1, no. 2, 2008, pp. 146–66.
- Viveiros de Castro, Francisco José. *Atentados ao pudor: Sobre as aberrações dos instintos sexuais*. 3a ed., Editora Freitas Bastos, 1934.
- . *Os delitos contra a honra da mulher*. 3a ed., Editora Freitas Bastos, 1932.
- Wittig, Monique. “A categoria sexo.” *O pensamento hétero e outros ensaios*. Tradução de Máira Mendes Galvão. Autêntica, 2022, pp. 31-42.
- . *The Straight Mind and Other Essays*. Beacon Press, 1992.